



A INVENÇÃO DO SUJEITO “NORMAL” NO PROJETO DE MODERNIDADE E AS INSTITUIÇÕES DE “MODELAGEM”: UM ESTATUTO EM CRISE?

Daniele Uglione Fabbrin Casale dos Santos - UCS¹

Resumo: Este artigo consiste numa revisão de literatura sobre a produção discursiva do conceito de indivíduo e a atuação das instituições criadas para a “modelagem” desse indivíduo no século XIX numa perspectiva focaultiana. Abordarei a produção discursiva que conceitua o indivíduo no interior do movimento iluminista europeu tomando Immanuel Kant como expoente na concepção de uma ontologia do presente com finalidade de produzir, por meio das instituições, indivíduos autônomos e produtivos construindo espaços específicos para cada indivíduo, onde, o “normal” e o “anormal” se constituem em espaços separados; salientando os modos de subjetivação exercidos sobre as pessoas com deficiência intelectual.

Palavras-chave: Deficiência Intelectual; Modos de Subjetivação; Instituições.

Introdução

Este artigo consiste numa revisão de literatura sobre a produção discursiva do indivíduo e a atuação das instituições criadas para a “modelagem” desse indivíduo no século XIX numa perspectiva focaultiana. Meu objetivo é abordar a produção discursiva no nível do indivíduo, construída pelo movimento iluminista europeu, tomando Immanuel Kant como expoente na concepção de uma ontologia do presente com finalidade de produzir, por meio das instituições, indivíduos autônomos e produtivos. Essa revisão conceitual aponta meios de observar o “como” foram construídos os espaços específicos para cada indivíduo, onde, o “normal” e o “anormal” se constituem em espaços separados; salientando os modos de subjetivação exercidos sobre as pessoas com deficiência intelectual com a finalidade de uma compreensão do “como” se constituíram historicamente os espaços para essas pessoas.

Alguns recortes e costuras...

Conforme Nietzsche (2007), “a história da humanidade seria uma coisa insípida sem o engenho com que ameaçaram os homens desprovidos de poder.” (p.31) Para esse filósofo,

¹ Mestranda PPGEDUCS - dufcsant@ucs.br

desde Hesíodo e sua representação da história da civilização em três décadas de ouro, somos levados a aceitar uma verdade que afirma o sentido de toda a cultura como o de “domesticar a besta humana” (p.39), ou seja, produzir seres civilizados e domesticados.

Esses apontamentos desembocam na concepção de Foucault, salientada por Barros (2011) na qual

a história não teria um significado a ser descoberto e muito menos a ser resgatado, (...) a tarefa mais legítima para os historiadores seria examinar exaustivamente a construção ou imposição de sentidos na História, pois estes estão sempre ligados a sistemas de poderes. (p. 271)

Desse modo, entende-se o poder, como uma relação exercida por meio de discursos que circulam nas práticas sociais, ou seja, discursos veiculados culturalmente e legitimados nas relações interpessoais cotidianas que concretizam modos de subjetivação,

dizendo poder, não quero significar “o Poder”, como um conjunto de instituições e aparelhos garantidores de sujeição dos cidadãos em um Estado determinado. Também não entendo poder como modo de sujeição que, por oposição à violência, tenha a forma da regra. Enfim, não o entendo como um sistema geral de dominação exercido por um elemento ou grupo sobre o outro e cujo efeito, por derivações sucessivas, atravessam o corpo social inteiro. A análise em termos de poder não deve postular, como dados iniciais, a soberania do Estado, a forma da lei ou a unidade global de uma dominação; essas são apenas, e antes de mais nada suas formas terminais. (...) o poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada.” (FOUCAULT, 2005, pp.88-89)

Nesse sentido, conforme Foucault (2005), as relações de poder são os efeitos imediatos das partilhas e desigualdades que se produzem reciprocamente; o exercício do poder atua sobre uma série de miras e objetivos; ao poder não se referem recusas, mas resistências que não são meros princípios heterogêneos, mas um termo das relações de poder, onde, nesse campo de correlações de forças podemos analisar os mecanismos de poder.

Esses mecanismos do poder começam a surgir, segundo Foucault (2002), nos séculos XVII e XVIII na Europa. Essas tecnologias eram centradas no corpo individual e incluíam procedimentos que asseguravam a distribuição espacial dos corpos e sua organização em torno de visibilidades.

O aparelho disciplinar perfeito capacitaria um único olhar tudo ver permanentemente. Um ponto central seria ao mesmo tempo fonte de luz que

iluminasse todas as coisas, e lugar de convergência para tudo o que deve ser sabido: o olho perfeito a que nada escapa e centro em direção ao qual todos os olhares convergem. (FOUCAULT, 2000b, p.146).

Essa visibilidade dentro das instituições era garantida por uma estrutura arquitetônica projetada por Jeremy Bentham denominada Panóptico. Dentro desse âmbito de análise “o funcionamento da sociedade e os artifícios por meio dos quais o Poder se expressa, se impõe, se insinua, penetra os próprios corpos humanos e se afirma a partir do Discurso, dos seus ditos, interditos e entreditos, de sua rede de saberes” (BARROS, 2011, pp. 272-273)

Conforme Kastrup (2007) para Michel Foucault o movimento iluminista foi, sobretudo, uma atitude que tinha como tarefa debruçar-se sobre o presente, e Kant não é apenas um marco da teoria do conhecimento, mas um ponto de bifurcação, pois a preocupação desse filósofo em estabelecer um conhecimento verdadeiro [que seria o conhecimento científico] declara morte a metafísica e institui a filosofia “ a pensar questões colocadas por seu próprio tempo, participando como elemento capaz de concorrer para sua transformação.” (p.35) Portanto, nas considerações de Michel Foucault o pensamento kantiano abre duas linhas divergentes na filosofia: a ontologia do presente e a analítica da verdade.²

Essa bifurcação, conforme Michel Foucault concluiu, constitui a filosofia moderna “com o sentido positivo de criação de diferença.” (KASTRUP, 2007, p.35) Nesse âmbito, conforme Kastrup (2007) Foucault não se importa com a diferença entre história, tempo e devir, sua preocupação é com “a diferença entre uma filosofia que pensa baseada nos achados da ciência e uma filosofia que pensa baseada na história.” (pp.39-40) e, portanto, a modernidade produz *híbridos*³ e os saberes que os recusam.

Conforme essas considerações, Bastos (2011) afirma que “o indivíduo é uma construção histórica” (p.276) e, portanto, “ao determinar quem são os indivíduos desviantes, o padrão de normalidade acabou por incluir todas as pessoas com deficiência em um mesmo grupo” (PEREIRA, 2008,p.70), pois no projeto da modernidade o indivíduo é normativo,

² A analítica da verdade se concentra no estudo das representações e suas condições, conforme Kastrup (2007) “a ciência está para a analítica da verdade assim como a história está para a ontologia do presente.” (p.40) A ontologia do presente, segundo Kastrup (2007) seria uma crítica a todas as categorias invariantes, por meio dela o presente é um locus privilegiado, é nele que os processos de transformações ocorrem.

³ Kastrup (2007) entende híbrido como produções discursivas de uma rede que caracteriza sujeitos à margem dos padrões aceitados como modelo.

conforme Pereira (2008) é “ um ser capaz de instituir novas normas, mesmos orgânicas.” (p.51)

No século XIX a saúde torna-se uma importante forma de governo da população e a educação torna-se um poderoso instrumento desse controle, pois se tratava de um investimento para capacitar os sujeitos tornando-os saudáveis e uteis. Esse projeto de fornecer condições ao ser humano de tornar-se adaptável à sociedade e formar o cidadão moral é atravessado pelas ideias de construção do indivíduo kantiano. (SANTOS, 2009)

Kant (2006) concebe a educação num ciclo de cuidados do nascimento à idade adulta que constitui três etapas da vida do indivíduo: infante, educando e discípulo. O processo educacional, portanto, deveria “humanizar” o homem; o infante deve ser controlado pelos adultos para não utilizar suas forças de forma nociva; o educando deve aprender a fazer uso da razão para não precisar mais ser obediente aos outros, pois pelo uso da razão poderá adquirir a ilustração que o libertará do controle e da selvageria; o discípulo governa a si mesmo por meio da disciplina.

Pinheiro (2007) afirma que para Kant o homem nunca se tornaria homem sem a educação, portanto subentende um ideal de perfeição humana do qual apenas pela educação poderia ser obtido. Isso por que o homem na concepção kantiana, conforme Pereira (2007) é um ser dual, “o homem se acha dividido entre desejos, que determinam sua condição animal, e as aspirações mais profundas, que o levam a não mais ser aquilo que ele é na natureza.” (p.20) Essas aspirações estariam ao nível da razão, segundo Kant (2006) o homem é um animal que deve ser humanizado por meio de práticas disciplinares, para esse filósofo

um animal é por seu próprio instinto tudo aquilo que pode ser; uma razão exterior a ele tomou por ele antecipadamente todos os cuidados necessários. Mas o homem tem necessidade de sua própria razão. Nem tem instinto, e precisa formar por si mesmo o projeto de sua conduta. (...) A disciplina é o que impede ao homem de desviar-se de seu destino, de desviar-se da humanidade, através de suas inclinações animais. (p.12)

Para Kant (2009) a natureza dotou o homem das faculdades da razão para que ele possa se libertar da condição de animal, porém o filósofo ressalva que o homem está numa condição de preguiça e covardia que o colocam numa posição de menoridade⁴, para mudar

⁴ Kant (2009) entende menoridade como “ a incapacidade de se servir do entendimento sem orientação de outrem.” (p.09) O homem na menoridade para Kant (2009) está incapacitado de pensar por si próprio devido ao costume dos maus hábitos que o condicionam à limites de sua razão.

essa condição é necessário uma disciplina que o extraia dessa menoridade para que ele possa servir-se de sua razão.

Conforme Pinheiro (2007) Kant funda a educação como ideia, ou seja, é uma representação, uma ação da especulação humana que conduz a uma atividade prática, pois “a ideia tem na educação o poder de determinar um modelo, um modelo que não necessita de existência efetiva, mas atua como se fosse possível sua efetividade.” (p.63)

Para Pinheiro (2007) a ideia de educação é um ideal da vida moral, deve moldar um indivíduo livre e racional, bem como a ideia de progresso possibilita almejar o futuro desenvolvido pela razão, pois “a razão oferece ao homem a possibilidade de tentar ir além de seus próprios limites.” (p.64)

O indivíduo kantiano é aquele que age segundo certas máximas inculcadas pela escola e pela humanidade, pois aquele que não se comporta conforme as regras não inspira confiança, nesse sentido, a transmissão e aquisição dessas máximas se veiculam no interior da instituição escolar, legitimam-se como verdades irrefutáveis a toda a população, não sustenta apenas a nata, mas atinge o fundo. (Kant, 2006)

O projeto de indivíduo kantiano coube perfeitamente ao modelo econômico que se legitimou com a Revolução Industrial na Europa, pois

com a Revolução Industrial, a produtividade tornou-se um elemento fundamental para o crescimento das indústrias e do capital e, conseqüentemente, os trabalhadores tiveram que corresponder a essa nova demanda. Esse novo modelo de produção trouxe mudanças significativas, abrange desde as relações familiares até as relações de trabalho propriamente dito. O indivíduo passou a ser valorizado e reconhecido socialmente de acordo com aquilo que pudesse produzir. (PEREIRA, 2008, p.26-27)

A arte do corpo humano que visa o aumento de suas habilidades, descrita por Foucault (2010), implica num trabalho detalhado, minucioso, de ações de forças que agem sobre o corpo para multiplicar suas forças, docificá-lo,

o corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica do poder”, está nascendo; ela o define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. (FOUCAULT, 2010, p.133)

Dentro desse projeto de produtividade do corpo humano, a deficiência começou a ser estudada, a medicina já havia formulado conceitos sobre os corpos deficientes que contribuía para a segregação e a visão de invalidez e improdutividade. (PEREIRA, 2008)

A ordem normativa instituída na modernidade as relações de saber-poder através de operações que implicam o uso da coerção, onde as crianças tornam-se objetos da disciplina. (BUJES, 2003) Essa disciplina são os métodos que permitam o controle minucioso do corpo, a disciplina fabrica corpos submissos e exercitados, são políticas de coerção ininterruptas que permitem a eficácia do controle sobre os gestos, atitude, economia dos movimentos do corpo. (FOUCAULT, 2010)

Dentro dessas tecnologias de controle dos corpos, é possível relacionar o objeto principal de educação segundo Immanuel Kant, que consiste em desenvolver toda a perfeição a que um indivíduo é capaz de atingir. Essa perfeição levaria o indivíduo ao mais alto grau de potencialidades. Portanto, na sociedade industrial todos os sujeitos deveriam ser vigiados e corrigidos, o corpo é entendido como um lugar prático do controle social. (SANTOS, 2009)

As instituições disciplinares produziram uma maquinaria de controle que funcionou como um microscópio do comportamento; as divisões tênues e analíticas por elas realizadas formaram, em torno dos homens, um aparelho de observação, de registro e de treinamento. (FOUCAULT, 2010, p.167)

Nesse âmbito, segundo Bujes (2003), encontram-se a origem dos estudos de desenvolvimento físico e mental que legitimaram a classificação e a caracterização de um desenvolvimento infantil desejável, “ao tornar-se foco/objeto de um olhar científico (e também moral), ao ter documentadas as minúcias de sua conduta, o sujeito moderno – o infantil, igualmente – passa a se inserir num espaço normativo que a todos engloba.” (p.39)

A escola pública moderna objetivava *normosear*⁵ os comportamentos para que as pessoas pudessem ser responsáveis por seus atos, nesse âmbito, o discurso de capacitar o ser humano, de transformá-lo, de padronizar comportamentos, se constitui como finalidade da

⁵ Termo e grifo meu. Acredito que o termo captura a conceituação da qual se aborda, pois segundo Pierre Weil et al.(2011) normose “é o conjunto de hábitos considerados normais e que, na realidade são patogênicos e nos levam a infelicidade e a doença.” (p.15) Essa patogenia caracterizada por Weil et. al. (2011) é um modo de conceber o mundo ilusório que abstrai a relatividade do conceito de normalidade apontando um único modo de existência que é introjetado no sujeito pela cultura, partilhado por um grande grupo. Além disso, Weil et al. (2011) caracterizam o modelo de ciência do século XIX como uma normose científica, pois “caracteriza-se pela unidimensionalidade simplista e pela estreiteza da mente binária, que despreza e reprime todos os demais níveis de realidade, o domínio da complexidade, (...) [é] lógica da exclusão, certo fanatismo que idolatra um único nível de realidade.” (p.43)

escola e da educação, portanto, o processo de formação do indivíduo social é uma auto formação do próprio indivíduo no interior das práticas pedagógicas. (HUNTER, 1998)

A estrutura básica da sociabilização na escola é um grupo de menores sob a responsabilidade de um adulto vigilante em relação aos seus comportamentos. Cada menor é um estudante, membro do grupo que deverá ser guiado e ensinado em espaço fechado, enquanto não for capaz de controlar a si mesmo. (SACRISTÁN, 2005) O discurso de capacitar o ser humano, de transformá-lo, de moldá-lo se constitui como finalidade da escola e da educação, e a escola se constitui como um espaço social por meio do qual se procura instituir uma ordem para o trabalho e a convivência. (HUNTER, 1998; SACRISTÁN, 2005)

Para Kant (2006) a finalidade dos institutos públicos de educação era o aperfeiçoamento da educação doméstica. Além disso, o aprendizado deveria preconizar o hábito, pois para Kant (2006) as crianças “deveriam ser habituadas desde cedo nas ocupações sérias, uma vez que ingressarão um dia na vida em sociedade.” (p.60) Ou seja, o propósito da instituição pública de ensino é, sem dúvida, formar cidadãos úteis para as atividades laborais.

Kant (2006) enfatiza a importância do trabalho na vida das crianças, pois para ele a ocupação é uma necessidade do ser humano e o trabalho é uma obrigação, portanto, cabe a instituição de ensino ensinar a utilidade dessa obrigação, enfatizando que “o homem deve permanecer ocupado, de tal forma que, tendo em vista o fim que almeja realize sem sentir-se a si mesmo, e que seu melhor repouso seja aquele que sucede ao trabalho. Que a criança, portanto, seja habituada ao trabalho”. (p.62)

O controle de tempo e a divisão das tarefas passam a centralizar o ofício nas instituições, Foucault (2010) afirma que “durante todo o seu transcurso o corpo deve ficar aplicado a seu exercício” (p.145), ou seja, manter a concentração e a ação, como pensava Kant (2006), “as distrações não devem jamais ser toleradas, muito menos na escola, por que acabam por degenerar numa certa tendência, num certo hábito.” (p.65)

No âmbito de todas essas tecnologias, Santos (2009) afirma que o conjunto que caracteriza o poder disciplinar configura uma *anátomo-política* do corpo humano, onde o corpo classificado como anormal legitima o corpo considerado normal. A cura das deficiências, segundo Pereira (2010), consistia em fazer esse corpo anormal funcionar como normal, esse propósito de cura está imbricado, portanto, na necessidade de corpos úteis e ativos aspirados pelo ideário kantiano de sujeito e pelos mecanismos disciplinares.

O indivíduo moderno, formado pela instituição escolar, deveria ser modelado em cidadão útil, um sujeito regrado e autogovernado capaz de transmitir às futuras gerações seus hábitos morais. Pois o sujeito, quando não lapidado, seria um bruto objeto marginalizado, cabendo à educação a tarefa de lapidação.

Nesse âmbito todo o corpo desviante é anormal, surge o termo *pobre*, que segundo Pereira (2010) designava os necessitados, englobando uma ampla gama de sujeitos como viúvas, insanos, deficientes, idosos, doentes, etc. Todos aqueles que não compunham o modelo de cidadão moderno, os incapazes, os improdutivos, os que não estavam aptos para seu autogoverno eram sujeitos necessitados e tornaram-se alvo da visibilidade e da ortopedia na tentativa de cura, de sanar suas necessidades.

Constitui-se, portanto, uma problemática do corpo para o trabalho. Nesse âmbito o discurso médico aliado ao discurso da eficiência age como um dispositivo de racionalização sobre a figura da criança. A distinção da criança normal e anormal, independente de qual seja essa anormalidade, a visão utilitarista do corpo, afirma sempre que há uma peça quebrada. (LOBO, 2008)

Os sujeitos detectados como deficientes intelectuais foram taxados como “um obstáculo das condições econômicas do seu lar” (LOBO, 2008, p.239), pois o trabalho já estava legitimado como uma lei suprema e a aquisição minuciosa de habilidades e hábitos devem iniciar na terna infância, na instituição escolar, e posteriormente na fábrica. As crianças, que não se adequavam a esse espaço, as que estavam situadas na fronteira da debilidade mental identificada na ausência de uma linguagem ou qualquer fator considerado desviante, ocupavam outro espaço: o Hospício. (LOBO, 2008)

Nessa produção de homogeneidades, a psiquiatria brasileira no limiar do século XX identificava a criança anormal, não apenas nas disfunções do corpo, mas também por motivos econômicos, caracteriza a anormalidade nos corpos considerados fardos para os outros, tenta prevenir a formação de sujeitos parasitas e perigosos. (LOBO, 2008)

Os médicos, juristas e educadores chamavam a atenção para a situação da infância e da juventude no país, desenvolvendo diversas modalidades de projetos preventivos, dentre os quais podemos destacar a divulgação de princípios da puericultura; mudanças na legislação referente aos *menores*; criação de instituições de assistência e educação de crianças pobres e *menores abandonados*; tratamento e educação especial de *menores anormais*; reforma de *menores delinquentes*; ensino escolar primário para as crianças "normais". (PATTO, 1999)

Os métodos de ensino apresentavam uma frequente preocupação com os fenômenos psíquicos, pois preconiza *um conhecer o sujeito educando*. Esses conteúdos constituem uma relação intrínseca aos estudos das ciências psicológicas, por esse motivo, o estudo da psicologia passa a ser introduzido nos cursos de formação de professores. Além disso, o desejo de normatização da sociedade e a produção de cidadãos sadios preconiza a eliminação dos comportamentos desviantes. Essa tarefa, assumida pela medicina social através das práticas higienistas, remete a um plano de construções de asilos e hospícios, o que vai construir a Psiquiatria Brasileira e abarcar os saberes da Psicologia. (ANTUNES, 2007)

Para Foucault (2002) a psiquiatria reiterou todas às instancias sociais [família, escola, comunidade, etc.] patologizando as migalhas deixadas pelas instancias disciplinares, e partir do século XIX surge uma “suspeita sistemática de monstruosidade” (p.101), onde o perigo social será dito como doença.

Paula (2008) afirma que a instituição asilar é considerada como espaço para aqueles que apresentam impossibilidades sociais, pois o conceito de instituição implica em um espaço pensado “para compreender e atuar em nível do indivíduo.” (p.35) E o que dizer da escola? Um espaço de treinamento e governo dos comportamentos em nível do indivíduo.

Considerações Finais

Entende-se, portanto, toda uma rede discursiva produtora de modelos e desejos, anseios de uma sociedade perfeita, equilibrada, uma utopia iluminista que intensificou um projeto de educação, produção fabril, econômica, cultural e social até a contemporaneidade.

No momento atual, os atravessamentos desse desejo mantêm hábitos e discursos impressos nos sujeitos, sustenta modos de subjetivação para além das instituições, pois, as instituições perdem sua objetividade, já que foram criadas para sustentar um modelo de sujeito único, e se deparam com a multiplicidade que deveria extinguir.

Cabe-nos resignificar a existência dessas instituições, já que o projeto de sociedade contemporânea não é mais o projeto iluminista, pois para que serve a escola contemporânea? Enquanto sustentar uma formação homogênea e visualizar um sujeito universal a escola se tornará inútil, aos poucos se extinguirá, como o hospício.

Cabe-nos refletir os projetos e discursos que permeiam o entendimento sobre o ser humano contemporâneo, na liquidificação dos tempos e valores modernos, o que estamos

inventando agora? Pensar uma ontologia do presente sob uma multiplicidade de lentes na tentativa de (re)inventar as instituições, os sujeitos e a sociedade para qual elas servem.

Referências

ANTUNES, M.A.P. *A psicologia no Brasil: leitura histórica sobre sua constituição*. São Paulo: Marco/EDUC, 2007.

BARROS, J.D. *Teoria da História: os paradigmas revolucionários*. V.3. Petrópolis: Vozes, 2011.

BUJES, M.I.E. *Infância e maquinarias*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 15. ed. trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2000. (a)

_____. *Vigiar e punir: o nascimento das prisões*. 22.ed. trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2000. (b)

_____. *Os Anormais*. trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martin Fontes, 2002.

_____. *História da sexualidade: a vontade de saber*. 16. ed. trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilton Albuquerque. São Paulo: Graal, 2005.

_____. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. 38. ed. trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2010.

GALLO, S. *Deleuze e a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. 2.ed

HUNTER, Ian. *Repensar la escuela*. Barcelona: Pomares-Corredor, 1998.

KANT, I. *Sobre a pedagogia*. 5.ed.trad. Francisco Cock Fontanella. Piracicaba: UNIMEP, 2006.

_____. *A paz perpétua e outros opúsculos*. Lisboa: Edições 70, 2009.

KASTRUP, V. *A invenção de si e do mundo: uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LOBO, L. F. *Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

PATTO, M,H,S. *A produção do fracasso escolar: história de submissão e rebeldia*. São Paulo: Casa do psicólogo, 2010.

NIETZSCHE, F. *A genealogia da moral*. trad. Antonio Carlos Braga. São Paulo: Escala, 2007. 2. ed.

PAULA, A. R. *Asilamento de pessoas com deficiência: institucionalização da incapacidade social*. São Paulo: Memnon, 2008.

PEREIRA, R. *Anatomia da diferença: normalidade, deficiência e outras invenções*. São Paulo: Casa do psicólogo, 2008.

PINHEIRO, C. M. *Kant e a educação: reflexões filosóficas*. Caxias do Sul: EDUCS, 2007.

SACRISTÁN, J. G. *O aluno como invenção*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SANTOS, I. M. Um corpo mais perfeito. In: LOPES, M.C; HATTGE, M.D. *Inclusão escolar: conjunto de práticas que governam*. Belo Horizonte: autêntica, 2009. pp. 69-88.

WEIL, P; JEAN-YVES, L; CREMA, R. *Normose: a patologia da normalidade*. Petrópolis: Vozes, 2011.

